

Das expectativas às desilusões em África: uma análise de Moçambique pós-colonial

From expectations to disappointments in Africa: an analysis of post-colonial Moçambique

Rafael Herculano Madime¹ (madimer14@gmail.com)

Resumo: O artigo analisa a origem do fraco desenvolvimento de África e Moçambique, em particular, no período pós-colonial. Para a sua concretização procedeu-se à análise bibliográfica, documental e histórica. O cruzamento das fontes constituiu a técnica básica para se chegar às considerações finais da pesquisa. A pesquisa um carácter interdisciplinar. O estudo mostra que os combatentes pela independência exigiam a ruptura com o sistema colonial como chave para reorganização do sistema económico, político e social. Todavia, os dirigentes africanos, com as independências, isolaram-se em grupos elitistas preocupando-se com o bem individual e não colectivo, daí a corrupção, o egoísmo, o clientelismo e, portanto, a criação de um Estado neo-patrimonial. Moçambique constitui um dos países africanos em que essa realidade caracteriza o período pós-colonial.

Palavras-chave: Ruptura colonial; governantes elitistas; corrupção; bem comum.

Abstract: This article analyzes the origin of the weak development of Africa and Mozambique, in particular, in the post-colonial period. For its implementation, a bibliographical, documental, and historical analysis was carried out. The crossing of sources constituted the basic technique to arrive at the conclusions of the research. The sources are from different fields of knowledge, which gives the research an interdisciplinary character. Research shows that independence fighters demanded a break with the colonial system as the key to reorganizing the economic, political, and social system. However, the African leaders, with independence, isolated themselves in elitist groups concerned with the individual and not the collective good, hence the corruption, selfishness, clientelism and, therefore, the creation of a neo-patrimonial State.

¹ Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos, doutorando em História de África Contemporânea e Licenciado em Ensino de História. Docente de História de África e Estratificação e Mobilidade Social na Universidade Save, Maxixe-Moçambique. Interessa-se em investigar temáticas ligadas ao Poder Inclusivo na gestão de conflitos de terras em Moçambique; Conflitos em África, intermediação e Religião.

Mozambique is one of the African countries in which this reality characterizes the post-colonial period.

Keywords: colonial rupture, elitist governments, corruption and wellbeing

Introdução

O presente artigo visa analisar os problemas e desafios de África independente, tomando como base o fraco desenvolvimento de Moçambique no período pós-colonial. O estudo traz a visão geral dos aspectos que caracterizam a África pós-colonial e Moçambique de forma particular, no que concerne às relações sociais entre os governantes e governados, partindo dos sonhos projectados à luz das independências.

A realização deste estudo advém da constatação que mostra que, em algum momento, os líderes independentistas e os seus seguidores distanciaram-se do povo e das aspirações comunitárias. Quer dizer, o povo tanto colaborou na busca da auto-determinação, mas uma vez chegados à independência, a satisfação das suas necessidades tornou-se uma miragem. Continuou a ser um sonho. Isso frustra o que tanto se ambicionou. A abordagem feita é interdisciplinar numa lógica da ânsia de redefinição das políticas que sustentem a gestão e melhoramento de relações sociais com vista ao desenvolvimento do país.

Para a concretização deste estudo recorreu-se à pesquisa e análise bibliográfica e consulta de documentos. Para a obtenção dos resultados usou-se a técnica de análise de conteúdos advindos das fontes usadas e referenciadas. Este estudo é importante porque constitui mais uma contribuição dentre as várias pesquisas já feitas neste contexto. Ele surgiu a partir do lançamento da chamada de comunicações na UniLicungo, Beira-Moçambique, num colóquio que teve lugar nos dias 24 e 25 de Maio de 2022.

Para a academia este estudo é uma contribuição para mais uma reflexão em torno do desejo de reformulação dos mecanismos de gestão e aproximação entre os diferentes grupos sociais que compõem a realidade moçambicana. Igualmente, esta pesquisa pode servir como ponto de partida para o estudo em profundidade do assunto em referência. Em termos de organização ele comporta, para além da introdução, os seguintes aspectos: (i) o caminho das independências e os imediatos reflexos; (ii) libertação da África à luz da educação colonial e o

desenvolvimento fracassado; (iii) desafios para o desenvolvimento de Moçambique e considerações finais.

O caminho das independências e os imediatos reflexos

Para Visentini (2012: 32), no final dos anos 1950 e inícios de 1960, a África subsaariana conheceu uma descolonização relativamente moderada em termos políticos, embora as colónias portuguesas só viessem a se tornar independentes em 1975, com um processo de ruptura mais profundo. Mais tarde, sucederam-se as independências da Rodésia do Sul (Zimbábue) e do Sudoeste Africano (Namíbia). A descolonização da África subsaariana foi um pouco mais tardia e relativamente controlada. Alguns estudantes dos territórios coloniais beneficiaram-se da educação metropolitana, o que de certa forma influenciou a busca da autonomia política dos seus países, a partir da mobilização popular e recurso a diferentes meios que lhes possibilitasse a auto-determinação.

Na perspectiva dos combatentes pela independência, a ruptura com o sistema colonial era aspecto chave para toda e qualquer tentativa de reorganização do sistema económico, assim como bases políticas que elevassem o continente. Todavia, mesmo com a independência, a África entrou para a marginalização. Dentre vários factores, há que referenciar: a crescente globalização, as trocas comerciais ainda desiguais e os fluxos financeiros em sua desvantagem e a nova organização da produção mundial decorrente das estratégias das grandes empresas multinacionais (Mbokolo, 2011: 630). As figuras que lideraram os movimentos de libertação, na sua maioria, tinham projectos ambiciosos para com o país e seu povo. Contudo, depois da independência, alguns mergulharam em conflitos, são os casos de Moçambique, Angola, Congo, Sudão, Somália, Chade, entre outros. Houve, nestes e outros países, alguns projectos bons e visionários. Todavia, a ambição pelos bens privados foi tomando conta de alguns, mesmo no seio de um Estado e isso foi aos poucos reduzindo os esforços comuns.

Com o derrube do bloco comunista, a África perdeu a renda estratégica que devia à sua posição como terreno potencial de competição. A ajuda pública providenciada para o desenvolvimento económico em jeito de empréstimos exteriores ia se declinando. Incapazes de fazer face aos compromissos financeiros que tinham assumido, os Estados africanos tiveram de se submeter aos Planos de Ajustamento Estrutural (PAE), que lhes impunham o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Estes organismos internacionais foram

introduzidos pela primeira vez, no continente, no Senegal, em 1979. Uma vez espalhados por muitos países africanos, criaram a desvalorização das moedas nacionais, bem como a compreensão dos efectivos da administração pública e do sector privado (Mbokolo, 2011: 645).

A libertação da África à luz da educação colonial e o desenvolvimento fracassado

A libertação dos países africanos do jugo colonial contou em grande medida com a entrega abnegada dos patriotas africanos. Estes serviram-se de técnicas comunicativas ensinadas nas instituições coloniais, para melhor defesa dos seus ideais diante das metrópoles. A educação tida com as metrópoles, para além de providenciar o domínio da expressão escrita e oral das línguas europeias, influenciou para a abertura mental em defesa da independência política do continente. Aliás, os movimentos anticoloniais foram maioritariamente dirigidos por africanos comprometidos com a pátria, ocidentalizados ou semi-ocidentalizados (Mazrui, 2010: 1116).

Maior parte dos africanos que encabeçaram os movimentos independentistas teve sua formação nas escolas missionárias estabelecidas em África ou mesmo nas metrópoles. Por exemplo, Francis Kwame Kkrumah, do Gana, Leopold Sedar Senghor, do Senegal, Julius Nyerere, da Tanzânia, Azkiwe da Nigéria, Kamusi Banda, do Malawi, Marcelino dos Santos, de Moçambique, Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau, entre outros nacionalistas que estiveram na vanguarda da luta de libertação política (*ibidem*). O projecto desses líderes, com a independência, era desenvolver planos de industrialização e crescimento económico, a fim de aumentar a capacidade de produção e, conseqüentemente elevar o nível de vida dos seus povos. Mas, vários problemas actualmente minam o progresso. Constituem exemplos desses problemas: líderes africanos divididos, grupos elitistas distantes do povo e de compromissos de sucesso, a técnica e o saber fazer substituídos pela amizade, familiaridade e a disposição na obediência ao chefe, entre outros (Krumah, 1967: 6). Um continente como África, por mais que aumente a produção agrícola, não lucrará com isso a não ser que esteja política e economicamente unido para forçar o mundo desenvolvido a pagar um preço justo nos circuitos comerciais.

Os dirigentes africanos que haviam recebido uma educação ocidental, no fim das contas ofuscaram a presença das autoridades e dirigentes tradicionais, aquando do alcance das independências. Esta realidade explica porque as lideranças nacionalistas se evidenciaram dentro

dos respectivos países, dando costas até ao seu formador. Apesar do reconhecimento da formação, consciente ou não, dos africanos que a posteriormente encabeçaram os movimentos nacionalistas, as potências europeias tão pouco chegaram a preparar os africanos em relação às técnicas produtivas, quer dizer, o sistema de ensino oferecido a muitos africanos mostrou-se incapaz de impulsionar o desenvolvimento² de África.

Muitas técnicas produtivas permaneceram rudimentares, a tal ponto que alguns empreendimentos/infraestruturas carecem de manutenção, nem fabrico do simples parafuso ou anilha é possível. Com a existência de recursos, a gestão dos mesmos tem sido caracterizada pela presença de estrangeiros, que inclusive devem manejar os equipamentos (Frade, 2007). Ora, no capitalismo ninguém coloca à disposição recursos humanos e materiais sem algo em troca. Aliado a isso, a matéria-prima extraída é transportada em bruto e nem volta a servir a África, muito menos as comunidades que zelam por esses recursos.

Em África criou-se um grupo de cidadãos da “elite” que adquiriu hábitos e *modus vivendi* metropolitanos, sem antes aprender a alimentar tais hábitos. Isso tem conduzido à corrupção de determinados dirigentes que agem sem pena das restantes camadas populacionais.

Os ideários e carismas de líderes como Francis Kwame Nkrumah, Seku Touré, Julius Nyerere, Mobido Keita, entre outras personalidades serviram como farol para os outros países africanos que ainda se encontravam sob domínio colonial. Isso mostra o quão solidários e comprometidos estavam para com os países do continente. Mais um dado de reflexão é que um número considerável de governantes africanos, tendo levado os seus países às independências, cedo ou tarde esqueceram-se das suas promessas ao povo que tanto entregou-se em busca da liberdade. Muitos líderes independentistas implementaram regimes que se notabilizaram pelo autoritarismo, pela corrupção e subserviência às antigas metrópoles coloniais.

Não deixa de ser verdade que houve líderes africanos visionários. Por exemplo, N’krumah (1967: 3) falando de neocolonialismo sustentou a ideia de que “o mundo menos desenvolvido não se tornará desenvolvido através da boa vontade ou generosidade das potências desenvolvidas. Só pode se desenvolver através de uma luta contra as forças externas que têm interesse investido em conservá-lo subdesenvolvido”. Portanto, essas forças externas mantêm África artificialmente

² Segundo Amartya Sen (2010), desenvolvimento é a liberdade das capacidades individuais como meio elucidativo para alavancar as Instituições públicas e melhoria das condições de vida dos indivíduos.

pobre. A União africana poderia elevar o nível de vida dos africanos, mas ela é derrotada pelo neocolonialismo.

Ainda na perspectiva de N'krumah (1967: 13) compreende-se que, realmente, a África é um continente com terra rica. No entanto, os produtos que vêm do seu solo e subsolo continuam a enriquecer, não predominantemente aos africanos, mas grupos e indivíduos que trabalham para o empobrecimento de África. É nessa lógica que o autor em referência explica que [...] “se os múltiplos recursos de África fossem usados em seu próprio desenvolvimento, poderiam coloca-la entre os continentes modernizados do mundo. Mas seus recursos têm sido e ainda estão sendo usados para o maior desenvolvimento dos países hegemónicos”.

Gandhi (1908) *apud* Santos (2018:192) explica que se os indianos se tornassem independentes para seguir a cultura do colonizador, a forma de Estado, a forma de direito e as instituições ocidentais, isso não seria uma verdadeira independência. Ele já antevia que a independência política, por si só, não significaria o fim do colonialismo. Essa tradição inspirou bastante a Kwame Nkrumah, este que, adicionalmente, entendia a união dos países africanos que se libertassem do colonialismo como o verdadeiro caminho de implementação da independência. A esta união Boaventura Sousa Santos chama de cooperação Sul-Sul. Portanto, os conceitos pan-africanismo e neocolonialismo deveriam figurar no dia-a-dia dos governantes africanos. Estes procuram mostrar caminho a partir da própria África, instigando a resistência e existência.

A maioria dos países francófonos manteve alguns vínculos com ex-metrópoles através da comunidade francesa das nações – Paris passou a exercer a hegemonia no continente e os anglófonos com a Commonwealth britânica. Fora destes países, mesmo na África portuguesa, a carência de investimento, de tecnologias e a falta de técnicos tornavam a subordinação estrutural. Aliás, essa realidade criou e aprofundou relações neocoloniais (Visentini, 2012: 35).

Uma vez conquistada a independência pelos africanos, as relações entre a gestão governamental e o horizonte de desenvolvimento económico oscilam de acordo com um ou combinação dos seguintes aspectos (Mazrui, 2010: 1118):

- (i) A dimensão do corpo administrativo do sector público;
- (ii) O papel do Estado em relação à economia e à natureza das suas funções;
- (iii) A competência dos funcionários e a eficácia dos poderes públicos;
- (iv) A legitimidade do governo: ligado ao carácter democrático e representativo do governo ou mesmo a ausência da representatividade.

Um dos principais dilemas de África pós-colonial diz respeito às relações entre a libertação económica e a liberalização política, esta última ligada ao pluralismo político. Aliado a este dilema, a corrupção no exercício do poder político tomou uma forma de privatização do Estado. Essa privatização, nalguns Estados faz-se sentir em benefício de certas etnias. No caso de Moçambique, por muito tempo o exercício do poder esteve mais ligado aos indivíduos do sul-tsonga; no Zimbabué esteve mais ligado aos chona; poucos monopolizavam os recursos e símbolos do Estado - é o caso do imperador da África Central, Jean-Bedel Bokossa e Shehu-Shagari, na Nigéria.

Numa outra visão do âmbito político e económico, no pós-colonial, a África foi caracterizada por traços de tirania e anarquia. Estes regimes políticos são evidenciados pela centralização e descentralização da violência, respectivamente. A dependência e o declínio caracterizaram exclusivamente o âmbito económico e isso se traduz na redução da capacidade de autonomia e, por conseguinte, o subdesenvolvimento. Com efeito, este marasmo todo só pode ser resolvido ou minimizado a partir da criação de competências, melhoramento do sistema de governo e observância recíproca das leis vigentes; ademais, é preciso que os governantes se sintam servidores, daí a necessidade da sua entrega total na satisfação dos interesses da colectividade e um distanciamento em relação às atitudes egocêntricas (Mazrui, 2010: 1119).

Os africanos não têm nenhuma necessidade de copiar as Instituições liberais do ocidente para conciliar a estabilidade e equidade. Entretanto, eles devem adquirir a capacidade de defender os seus direitos, inclusive contra os seus governos. (...) O deficit de competência é uma das causas da violação permanente dos direitos humanos nalguns países africano (Mazrui, 2010: 1120).

Num futuro breve, as preocupações dos africanos não gravitarão apenas em torno de fenómenos políticos, económicos e sociais, mas também na própria ecologia. O desmatamento e a desertificação constituem uma grande ameaça e o reflorestamento está abaixo do desejado.

A África pré-colonial deu consideráveis contribuições no campo da ciência. Todavia, a colonização interrompeu o desenvolvimento técnico de África, que corroe nas instituições antes existentes. Para além de ter legado um vício pelo exercício do poder político aos dirigentes, o que faz com que a todo o custo lutem pela manutenção dos cargos e facilidade de oportunidades.

Na perspectiva de Rodney (2010: 377), “a Europa subdesenvolveu a África”. Os europeus não transmitiam aos africanos senão competências concernentes à expressão oral, escrita, técnicas

de comunicação, mas não um *savoir-faire* em matéria de produção e desenvolvimento. É fundamental conciliar uma revolução nas relações humanas e uma revolução nas actividades humanas.

A partir das exposições anteriormente feitas deduz-se que o sistema colonial veio destruir as relações sociais ora existentes em África e que mostravam sinais de evolução. O sistema de ensino por eles imposto não conferiu bases de sucesso a favor dos autóctones, procurou, antes de mais, a satisfação das necessidades coloniais. O desenvolvimento fracassado dos países africanos no pós-colonial é fundamentado também pelo isolamento, individualismo ou grupos menores que procuravam olhar para os seus anseios, esquecendo-se da massa populacional, sob alegação de libertadores ou a estes aliados. Urge ainda a necessidade de educar para saber fazer, pela prática e a não dependência pelos recursos humanos forasteiros, senão em jeito deles auxiliarem.

Desafios para o desenvolvimento de Moçambique

Um dos grandes males que o país vive é a corrupção. É verdade que este fenómeno não tem fronteiras geográficas, atinge todas as sociedades. Porém, existem daquelas sociedades em que o nível é exagerado, é o caso de Moçambique (Frade, 2007: 13). Os detentores do poder político têm se aproveitado dos seus cargos, esquecendo-se da sua real missão e contribuindo dessa forma na morte dos sonhos de todo um povo. A autora em referência fundamenta a sua tese nos seguintes termos: “os países africanos estão cada vez mais marginalizados num mundo global, mas ao mesmo tempo alimentam o mundo dos ricos, dos poderosos, numa teia de corrupção, de tráfico de armamento, de exploração humana, de branqueamento de capitais” (Frade, 2007: 15). Em Moçambique tem se assistido ao transporte de madeira em bruto, o algodão, a castanha de caju, entre outros produtos e minérios que não têm sido capitalizados para o desenvolvimento das comunidades. Há uma clara demonstração da negação ao bem-estar social do povo. Por isso, a África é desafiada a viver um ambiente favorável ao desenvolvimento socioeconómico, a partir dos projectos que olham ao povo como pólo central, em termos de acções e não do desejo.

Ao país, impõe-se o melhoramento do sistema de justiça, baseada na igualdade de oportunidades e de direitos. Os governantes parecem pouco importados com o bem-estar dos outros. Não podem estar a culpar apenas ao colonizador pelo fracasso; 47 anos depois da independência, que narrativas de sucesso há que dar? Percalços em vários sentidos têm caracterizado todas sociedades, todavia “ao cair é preciso levantar”. Caso não haja força para

continuar em marcha, respeitem os que ainda podem. Claro que eles também, se viverem distante do povo correrão o risco de cair.

Os governantes e as elites devem trabalhar para alterar o estado emocional do povo - este é um dos grandes desafios, mas exige determinação de todos. A era do clientelismo deve ser encerrada (Frade, 2007: 27). Buscando compreender a origem dos problemas que perigam o desenvolvimento em Moçambique, Cabral (2003) *apud* Frades (2007:28) aponta para o período pós-independência a não construção de uma democracia séria. Era suposto que se tivesse alargado o Estado às populações que já tinham sido marginalizadas pelo colonialismo. A adicionar a isso, é que as estruturas de base tradicionais foram desrespeitadas. Sabe-se que a questão da corrupção é um problema crónico e de tempos bem recuados, mas na realidade moçambicana parece cada vez mais a corroer o sistema e levado à morte de um Estado, daí o desafio urgente da minimização deste mal.

O Estado não deve ser confundido com oligarquias dominantes. Para isso, Frade (2007: 29) propõe que “a actividade política encontre a estabilidade necessária para o lançamento de programas de desenvolvimento sustentado, a médio e longo prazo; que os políticos abandonem a miopia e a gestão egoísta e prossigam o almejado bem comum”. Assim, não basta a cópia dos modelos de sucesso. Cada Estado tem suas realidades e potencialidades, isso não deve ser desprezado. A corrupção, o nepotismo e o clientelismo devem ser combatidos e contornados, de contrário o desenvolvimento do país continuará uma incógnita. A adopção de boas práticas governamentais em Moçambique constitui um imperativo.

Abrahamsson e Nilsson (1994: 290) argumentam que a corrupção que se vive em Moçambique frustra as expectativas do povo, pois a distribuição de recursos é feita segundo os interesses individuais de muitos governantes, esquecendo-se de quem paga imposto. Como diz Boaventura de Sousa Santos (2022a), enquanto a grande maioria quer esquecer o passado colonial, há um grupo dos que não querem esquecer: desenvolvem a exploração e frustram as expectativas dos governados. A governação devia ser uma aspiração para o futuro. Devia nutrir as gerações vindouras em bases de inspiração para bem servir.

Os escritos de Mbembe (2013: 128) fazem perceber que, na África negra, sabe-se que controlar o Estado ou uma fracção do mesmo (gabinete, serviço, administração, empresa publica, etc), significa controlar total ou parcialmente, redes de acumulação. As nomeações ou promoções são entendidas como recompensas alimentares: “finalmente nós também podemos comer”. É daí

que, em África alguém pode enriquecer sem ser empresário na acepção clássica do termo. O Estado é o principal vector de acumulação e que, nessa qualidade, se tornou alvo privilegiado das estratégias de enriquecimento e ainda mais banais, de sobrevivência.

Com o capitalismo triunfante a população, sobretudo rural, sofre duplamente. Ela é expropriada das terras de cultivo, em nome da lei, para dar lugar aos mega-projectos. Ademais os operadores desses projectos desonram a responsabilidade social às comunidades em respeito aos compromissos de certas individualidades do poder político. Descolonizar o país não significa apenas o alcance da independência política. É preciso eliminar questões mentais que compartilham ideias de “mercantilização” do bem público. “Os governantes apelam e vivem da austeridade comunitária, mas não vivem na austeridade” (Santos, 2022b). No mesmo contexto, Davis (2020: 17) diz que a hegemonia neoliberal tem dado frio no estômago e dias arrepiantes às comunidades, sobretudo rurais. A luta pela superação do sofrimento e a dedicação estão nos rostos de muitas camadas populacionais, Moçambique constitui um desses exemplos. Eles buscam resposta à dinâmica da violência, da supremacia da elite política isolada, do patriarcado, do poder excessivo, entre outros males que lhes caracteriza.

A corrupção em Moçambique é resultado evidente de uma política falhada. Uma política económico-social com regulamentos e taxas de câmbio erróneos criam economias deficientes em que a corrupção se torna num método de gerir a distribuição de recursos. A família, o clã e amigos mais próximos impõem exigências àqueles que ocupam cargos públicos, posições importantes e tiram recursos dessa posição para repartir numa esfera familiar. Como é que o povo fica? Para sobreviver é preciso um sacrifício maior, o que leva ao desenvolvimento de um sector informal enorme (Abrahamsson e Nilsson, 1994: 291).

Coloca-se, igualmente, como desafio a gestão razoável do fenómeno globalização. A partir dela, Moçambique aparece como um dos países vítimas, pois está na periferia do fenómeno. Seu papel é antes de mais, alimentar as multinacionais e instituir-se a recolonização. De Moçambique leva-se matéria-prima em bruto para o ocidente - isso enriquece a um grupinho privilegiado. Ademais, os produtos acabados que chegam a África para venda são de qualidade indesejável. A responsabilidade social dessas multinacionais é bastante diminuta e de lamentar. Para isso, basta ver o tipo de escolas e hospitais que eles proporcionam. Moçambique aparece como um dos Estados onde as multinacionais esperam obter mais lucros com ofertas de baixa qualidade e a impunidade é visivelmente maior (Frade, 2007).

As preocupações colocadas por Frade (2007), Abrahamsson e Nilsson (1994) e Santos (2022a) em relação ao fracasso para o desenvolvimento de Moçambique são partilhadas pela revolucionária e activista social Ângela Davis. Esta autora mostra sua preocupação pelos miseráveis da terra. Quem nos dera um dia inspirar vozes silenciadas e sofridas do povo moçambicano. Davis (2020: 5) procurou sempre defender a liberdade dos pobres e dos trabalhadores. Ela argumenta que servir o povo é um acto de compromisso, por isso deve ser respeitado. O desenvolvimento de um país é possível quando se pensa em movimentos do conjunto, colectivos e não exclusivamente de indivíduos. As acções do egoísmo e do individualismo são perigosas. As lutas pelo bem-estar continuam e elas são progressistas, contra o racismo, a repressão, a pobreza, entre outras questões reais dos espaços comunitários.

Para o desenvolvimento de Moçambique não só se clama pela atenção dos governantes na vida do povo, como também à existência de movimentos sociais organizados, fortes e que agem sem comando e manipulação política (Davis, 2020: 19).

Na perspectiva de Frade (2007: 30), o egoísmo, a injustiça, e a corrupção fazem do Estado moçambicano neo-patrimonial. O bem próprio está acima do bem comum, o que constitui um entrave de desenvolvimento. O grande desafio para contornar os reflexos da globalização é que, segundo Frade, “é necessário e urgente a integração e adequação da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade do desenvolvimento, os sistemas normativos e valores africanos numa interacção construtivista e complementada da tradição e modernidade”. Paralelamente à ideia anterior, Santos (1999: 278) fundamenta que a África, sobretudo ao sul, deve se reinventar, trazendo uma nova utopia. A dependência dos capitais internacionais pode ser um dos sintomas da continuidade da crise, visível a partir da fragilidade económica. A independência formal e os milhões investidos não se traduzem em progresso, nem em qualidade de vida para seus cidadãos.

A corrupção não deve ser o motor do funcionamento do Estado. Na mesma senda de análise, Macamo (2002: 2-5), analisando a situação político-social em Moçambique, exorta ao abandono da distribuição do poder com base nas relações clientelistas e de afinidade, para a observância à capacidade de resposta aos desafios e problemas que apoquentam a sociedade. Ele alerta ainda para o reforço e consolidação da democracia, que responda aos problemas concretos dos moçambicanos e uma distância maior para com a desordem, corrupção, caos e informalização. Até parece que a opressão do regime colonial português se mantém ou criou

bases para uma continuidade, por meios sofisticados, no pós-colonialismo. Não é por acaso que o autor em referência revisita “a noite colonial”³ de Aquino de Bragança, mesmo para dar entender que o povo moçambicano ainda não está a encontrar luz que o direcione melhor. Desde a independência nacional, os moçambicanos vivem expectativas e frustrações: o capitalismo e a exploração não dão muita paz. Nasceram capitalistas locais. O poder económico está nas mãos de uma pequena burguesia que domina o Estado.

O funcionamento normal do Estado pós-colonial deve retomar o seu real papel, deve deixar de ser “disfuncional”. Aliado a isso, pelo facto de as elites tenderem a revestir-se incessantemente de dimensões pomposas, urge a necessidade de regulação do conflito que dilacera as sociedades da miséria: o conflito do alimento. Há que repensar as práticas da cultura política para que o sistema de afectação dos bens materiais, posições estatutárias sejam aceites pelo número possível dos moçambicanos e não mais como bloqueadores (Mbembe, 2013: 128).

Considerações Finais

Moçambique vive actualmente um grande dilema. Há um grande conflito entre os ricos, da elite política governamental e os mais necessitados, que têm suas expectativas frustradas devido à forma como os recursos e os bens públicos são geridos. Com o alcance das independências dos países africanos, as promessas e expectativas que nutriam os povos encontraram um forte entrave. Se por um lado, os independentistas, no início, procuraram esboçar políticas tendentes à subsistência interna, essas políticas falharam, dentre várias razões, devido a visões diferentes dentro dos países. Em Moçambique, o socialismo não foi bem visto por todos, aliado a isso é que as suas práticas frustram ideias liberais. Os campos de reeducação constituem um exemplo. Isso levou à emergência de guerras civis, de que constitui exemplo Moçambique. Por outro, do grupo de políticos no poder que haviam encabeçado a luta pela independência, surgiram figuras que começaram a confundir o bem público do privado e individual. Isso gerou ganância e necessidade de posses. A partir daí a corrupção, a distribuição do poder com base no favoritismo, a não distinção entre os partido e Estado, a distância entre governantes e governados, entre outras realidades, foram mergulhando o país à vontade e prazer de uma minoria. Há problemas de relações de poder nacional e internacional num jogo de xadrez político.

³ Trata-se de equiparação de uma noite não iluminada e longa com as vicissitudes criadas pelo sistema colonial português.

O investimento nos sectores social e económico para o desenvolvimento do país é feito com atenção para não prejudicar os interesses individuais ou de um grupo. Isso mina a prossecução dos interesses que garantiriam a satisfação das necessidades colectivas. Os investimentos feitos pelos mega projectos não têm sido caracterizados por uma responsabilidade social à resposta comunitária. Muito do que se faz, não passa de uma farsa. É necessário que haja reinvenção de políticas e atitudes com vista à satisfação dos interesses do povo. O nível das desigualdades é bastante maior, até do ponto de vista de satisfação de necessidades básicas. O Neocolonialismo assentou suas bases e os países do ocidente têm camuflado apoio e desenvolvimento. Mas, o que acontece não ajuda para que num futuro breve se saia da dependência. As matérias-primas são levadas em bruto numa comercialização totalmente desleal. Assim, torna-se necessário e urgente a retoma dos ideais e políticas que possam desenvolver o país a partir do aproveitamento dos recursos naturais existentes. Igualmente, para tal, é preciso investir na capacidade técnica de quadros e procurar minimizar a questão da exclusão social que se assiste.

Referências bibliográficas

Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1994), *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período de 1974-1992* (Tradução de Dulce Leiria). Maputo: CEGRAF.

Bardim, Laurence (2016), *Análise de Conteúdo*. 4ª ed. Lisboa: Edições 70.

Davis, Ângela (2020), *A Liberdade é uma Luta Constante*. (Tradução de Tânia Ganho). Lisboa: Edições Refractários.

Frade, Ana Maria D (2007). *A Corrupção no Estado Pós-colonial em África: duas visões Literárias*. Porto: Centro de Estudos Africanos.

N'krumah, Kwame (1967). *Neocolonialismo - último estágio do imperialismo* (Tradução de Maurício C. Pedreira). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Lousã, Mário D, Santos, José D. e Cabral, Ana P (2018). *Como Fazer Trabalhos Académicos: Guia Prático para Elaboração de Projectos, Relatórios, Teses, Dissertações, artigos e muito mais*. Porto: Porto Editora.

Macamo, Elísio S (2002), *A Transição política em Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, Occasional Paper. Serie 4.

Mazrui, Ali A. O Horizonte 2000 (2010), in MAZRUI, Ali A. & WONDJI C, *História Geral de África Vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, p.1095-1132.

Mbembe, Achille (2013), *África Insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na Sociedade pós-colonial* (Tradução de Narrativa Traçada). Luanda: Edições Pedagogo Lda.

Mbokolo, Elikia (2011), *África Negra: História e Civilizações, Tomo II, do séc. XIX aos nossos dias*. São Paulo: Casa das Áfricas.

Pereira, Alexandre, Popupa, Carlos (2018), *Como Escrever uma Tese: Monografia ou livro Científico usando o Word*. 7ª ed. Lisboa: Edições Sílabo Lda.

Rodney, Walter (2010). A Economia Colonial. In BOAHEN, A. A. *Historia Geral de África, de 1880-1935. Vol. VII*. Brasília: UNESCO. p-377-400.

Santos, Boaventura de S (1999), *Pela mão de Alice, o Social e o Político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de S (2018). *Na Oficina do Sociólogo Artesão: aulas de 2011-2016*. Selecção, revisão e edição Maria Paula Meneses, Carolina Peixoto. São Paulo: Cortez Editora.

Santos, Boaventura de S (2022a). *Aulas Magistrais de 22 de Abril de 2022: Descolonizar a História*, <https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2022/boaventura-de-sousa-santos>

Santos, Boaventura de S (2022b). *Aulas Magistrais de 29 de Abril de 2022: Sofrimento e Solidão num mundo multipandémico*, <https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2022/boaventura-de-sousa-santos>

Sen, Amartya (2008). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Trauss, Anselm e Corbin, Juliet (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Visentini, Paulo F (2012). *As Revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Edições UNESP.